

TURQUIA

REPÚBLICA DA TURQUIA

Chefe de Estado:	Abdullah Gül
Chefe de Governo:	Recep Tayyip Erdoğan
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	74,8 milhões
Esperança média de vida:	71,7 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	36/27 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	88,7 por cento

Registaram-se poucos progressos na melhoria das protecções em matéria de direitos humanos. Mantiveram-se os relatos de tortura e outras formas de maus-tratos, bem como da utilização de processos criminais para limitar o direito à liberdade de expressão. O trabalho legítimo dos defensores dos direitos humanos foi prejudicado pelo excessivo controlo administrativo e por perseguições judiciais. Em muitos casos, as violações dos direitos humanos cometidas por responsáveis estatais não foram devidamente investigadas, e as possibilidades de responsabilização dos membros das forças de segurança continuaram a ser remotas. Continuaram os julgamentos injustos, especialmente ao abrigo da legislação antiterrorismo, que foi usada para julgar menores nos mesmos termos que adultos. Os regimes prisionais mostraram poucos sinais de melhoras, e era comum a recusa de acesso a tratamento médico apropriado. Não se registaram progressos no sentido do reconhecimento do direito à objecção de consciência ao serviço militar, e os direitos dos refugiados e requerentes de asilo continuaram a ser violados. As pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais continuaram a ser discriminadas na lei e na prática, e a protecção das mulheres e raparigas vítimas de violência continuou a ser inadequada.

Antecedentes

Em Janeiro foi lançado um novo canal estatal de rádio e televisão em língua curda. No entanto, continuaram em vigor as restrições à utilização de outras línguas que não a turca nos assuntos políticos e na educação pública e privada.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) decretou em Março um cessar-fogo, que continuava em vigor no final do ano. Apesar do cessar-fogo, registaram-se novos confrontos com as forças armadas turcas, que resultaram na perda de vidas.

Em Maio, 44 pessoas morreram num tiroteio na aldeia de Bilge/Zangirt, na província de Mardin, no Sudeste do país. Segundo uma declaração oficial, a maior parte dos alegados perpetradores eram guardas de aldeia, uma força paramilitar usada pelo estado para combater o PKK. Entre as vítimas também havia guardas. O julgamento dos acusados de envolvimento nas mortes teve início em Setembro.

Em Junho, o Parlamento aprovou legislação para a limpeza de cerca de 600 mil minas terrestres ao longo da fronteira com a Síria. A lei não resolvia o problema das minas terrestres noutros pontos do território turco, nem abordava a eliminação do arsenal de minas da Turquia.

Em Julho, a construção da barragem de Ilisu, no rio Tigre, no Leste da Turquia, foi suspensa na sequência da retirada das garantias de crédito à exportação por três países da UE. A sua decisão reflectia a preocupação relacionada com o não

cumprimento dos padrões acordados pelo projecto, incluindo as garantias em matéria de direitos humanos. A construção da barragem deveria obrigar à deslocação de pelo menos 55 mil pessoas.

A Turquia e a Arménia assinaram em Outubro um acordo de normalização de relações. No final do ano, o acordo aguardava ratificação pelos respectivos parlamentos.

Em Novembro, o Parlamento começou a discutir uma iniciativa destinada a resolver as preocupações em matéria de direitos humanos dos cidadãos de origem curda e a acabar colocar fim ao conflito com o PKK. O governo indicou que ia tomar medidas para melhorar a protecção dos direitos humanos, mas não avançou qualquer calendário para a sua implementação.

Em Dezembro, o Tribunal Constitucional ordenou o encerramento do Partido da Sociedade Democrática, pró-curdo, alegando que o mesmo constituía um "foco de actividades contra a independência do Estado e a sua indivisível integridade territorial e nacional". O partido foi proibido ao abrigo de leis que ficavam aquém dos padrões internacionais de livre associação.

Liberdade de expressão

As pessoas que manifestaram opiniões não-violentas mas dissidentes – principalmente críticas às forças armadas ou à situação dos curdos e arménios na Turquia – enfrentaram investigações e acusações criminais. Entre aqueles frequentemente processados encontravam-se escritores, jornalistas, activistas políticos curdos e defensores dos direitos humanos.

Várias leis permitiam ao Estado limitar a liberdade de expressão. Continuaram a ser abertas investigações e processos judiciais por insulto à nação turca (Artigo 301 do Código Penal), passíveis de pena de prisão até dois anos, embora a maior parte tenha sido encerrada pelo Ministro da Justiça.

■ Em Agosto, procuradores apresentaram, em nome do chefe das forças armadas, uma queixa criminal contra o jornalista Mehmet Baransu ao abrigo do Artigo 301. A queixa foi baseada num artigo publicado pelo jornal *Taraf* sobre uma alegada conspiração das forças armadas para destabilizar o governo. A autorização para a continuação do processo encontrava-se pendente no final do ano.

Os objectores de consciência e os seus apoiantes continuaram a ser julgados ao abrigo do Artigo 318 do Código Penal, por afirmarem publicamente o seu direito a recusar cumprir o serviço militar obrigatório.

■ Em Maio teve início em Istambul o julgamento de Oğuz Sönmez, Mehmet Atak, Gürşat Özdamar e Serkan Bayrak sob a acusação de "alienarem o público contra a instituição do serviço militar" (Artigo 318). Eles tinham apoiado publicamente o objector de consciência Mehmet Bal em 2008. Foram os quatro absolvidos.

■ O julgamento de Sami Görendağ, Lezgin Botan e Cüneyt Caniş, acusados ao abrigo do Artigo 318 após protestos similares, prosseguia no final do ano.

Um grande número de acusações feitas ao abrigo da legislação antiterrorismo visavam a livre expressão de opiniões sobre a questão curda, e resultavam frequentemente na imposição de penas de prisão.

■ Osman Baydemir, do Partido da Sociedade Democrática e presidente da câmara da cidade de Diyarbakir, no Sudeste do país, foi condenado em Abril por "fazer propaganda a uma organização ilegal" (Artigo 7/2 da Lei Antiterrorismo). As acusações estavam relacionadas com um discurso que proferiu durante um protesto contra uma operação militar turca no Norte do Iraque em 2008. O seu pedido de recurso estava pendente no final do ano.

Continuaram as ameaças de violência feitas por desconhecidos contra as pessoas que manifestaram opiniões contrárias às do governo. Algumas das pessoas ameaçadas receberam protecção policial.

■ Em Setembro, o grupo anti-racista DurDe recebeu ameaças de violência enviadas por correio electrónico, após ter apresentado uma queixa criminal contra o chefe das forças armadas.

As autoridades encerraram websites através de ordens administrativas e decisões judiciais arbitrárias, frequentemente sem qualquer explicação.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos foram julgados por fazerem o seu trabalho legítimo de monitorização e denúncia das violações dos direitos humanos. Vários proeminentes defensores dos direitos humanos foram alvo de investigações criminais. As suas actividades foram alvo de um escrutínio excessivo por parte das autoridades, e em alguns casos foram usados processos judiciais para encerrar organizações de defesa dos direitos humanos.

■ Ethem Açıklan, director da filial de Adana da Associação dos Direitos Humanos (İHD), enfrentou sete processos judiciais devido ao seu trabalho como defensor dos direitos humanos. Em Outubro foi condenado por "difundir propaganda do PKK" e condenado a três anos de prisão por criticar a decisão de 2008 do governo estadual de prender menores envolvidos em protestos contra, entre outras coisas, a retirada de benefícios de saúde às famílias. O recurso encontrava-se pendente no final do ano.

■ Em Dezembro, Muharrem Erbey, vice-presidente do İHD e director da filial de Diyarbakır, foi detido por suspeita de pertencer à União das Comunidades Curdas (KCK), que faz alegadamente parte do PKK. A polícia interrogou-o sobre o seu trabalho no İHD, e apreendeu dados sobre abusos dos direitos humanos que se encontravam guardados na sede do İHD em Diyarbakır. No final do ano continuava em prisão preventiva.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Continuaram a ser denunciados casos de tortura e outras formas de maus-tratos, com muitos dos abusos a ocorrerem longe dos locais oficiais de detenção. As pessoas acusadas de crimes comuns e de crimes politicamente motivados estavam vulneráveis aos maus-tratos.

■ Em Janeiro teve início em Istambul o julgamento de 60 funcionários estatais, incluindo polícias e guardas prisionais, por acusações relacionadas com a morte sob custódia de Engin Çeber, em Outubro de 2008. Alguns dos acusados enfrentavam acusações de tortura. O julgamento prosseguia no final do ano.

■ Em Outubro, Resul İlçin morreu devido a lesões na cabeça após ter sido detido na província de Şırnak, no Sudeste do país. O gabinete do governador emitiu uma declaração oficial indicando que a morte não tinha sido causada por maus-tratos, impedindo assim uma investigação oficial.

Impunidade

As investigações aos alegados abusos dos direitos humanos cometidos por responsáveis estatais continuaram a ser ineficazes e as hipóteses de responsabilização dos perpetradores eram remotas. Não foi adoptado durante o ano qualquer mecanismo independente de defesa dos direitos humanos ou de monitorização independente dos locais de detenção.

Em Janeiro, o Comité Parlamento de Inquérito aos Direitos Humanos divulgou um relatório sobre as acusações contra elementos das forças de segurança de Istambul entre 2003 e

2008. O Comité concluiu que, dos 35 processos criminais movidos contra 431 agentes, nenhum resultou numa condenação. Em Junho, o Código do Processo Penal foi emendado de forma a permitir o julgamento de militares nos tribunais civis.

■ Em Outubro, o Supremo Tribunal de Recurso determinou que um polícia acusado por envolvimento num tiroteio fatal da província de Siirt, no Sudeste do país, devia ser absolvido. O tiroteio ocorreu quando civis desarmados apedrejaram o veículo do agente enquanto entoavam palavras de ordem. Embora o tribunal tenha considerado que os disparos foram desproporcionados, decidiu absolver o agente por causa da "gravidade do ataque...", o facto de ter continuado apesar dos avisos e o conjunto de condições na região".

■ Em Setembro, a estudante do ensino secundário Ceylan Önkol foi morta numa explosão junto à sua casa no distrito de Lice, no Sudeste da Turquia. Testemunhas disseram que ela estava a guardar o gado junto à esquadra de Tapantepe e que ouviram o som de um morteiro imediatamente antes da explosão. O cenário do crime não foi devidamente investigado e não foi feita uma autópsia completa. As autoridades alegaram que "razões de segurança" as impediram de visitar o local do crime até três dias após a sua morte.

■ Prosseguiu o processo judicial contra a Ergenekon, uma alegada rede ultranacionalista com ligações a instituições estatais. Entre os acusados encontravam-se vários membros das forças armadas no activo e outros já retirados. O tribunal aceitou uma segunda acusação em Março e uma terceira em Setembro. Contudo, o processo judicial não foi alargado para incluir uma investigação às alegadas violações dos direitos humanos.

Condições nas prisões

Persistiram as alegações de maus-tratos durante as transferências para as prisões e, em vários casos, de recusa de acesso dos prisioneiros a tratamento médico adequado.

■ Emrah Alişan, que cumpria uma pena de três anos de prisão, apresentou em Abril um pedido de libertação antecipada por motivos de saúde. Juntamente com o pedido, apresentou relatórios médicos afirmando que o seu problema de saúde não podia ser tratado enquanto se encontrasse na prisão. Os relatórios indicavam ainda que o seu estado de saúde se tinha deteriorado significativamente durante a detenção, e que ele se encontrava paralisado e dependente de assistência continuada. No final do ano continuava na prisão.

Os direitos de associação dos prisioneiros não eram frequentemente respeitados.

■ Em Novembro, cinco prisioneiros foram transferidos para a prisão de alta segurança da ilha de Imrali, onde o líder do PKK esteve detido em regime de isolamento durante 10 anos. Foi anunciado que os seis prisioneiros se poderiam reunir até 10 horas por semana, conforme as regras aplicadas a todos os prisioneiros das cadeias de alta segurança da Turquia.

Ocasionalmente, crianças foram detidas juntamente com adultos e, de uma forma geral, os regimes prisionais dos menores não eram diferentes dos aplicados aos prisioneiros adultos. Não existia qualquer provisão que permitisse aos menores detidos continuarem os estudos.

Julgamentos injustos

Continuaram os julgamentos prolongados e injustos, especialmente para os suspeitos acusados ao abrigo da legislação antiterrorismo. Menores foram julgados nos mesmos termos que os adultos e condenados em julgamentos injustos com base em provas pouco credíveis e não confirmadas pela sua participação em manifestações por vezes violentas.

■ Em Março, A.Y., de 14 anos, foi condenado por fazer propaganda a favor de uma organização terrorista e por pertencer a uma organização terrorista. Participou alegadamente numa manifestação em Outubro de 2008. Foi sentenciado a três anos, um mês e 15 dias de prisão. O recurso encontrava-se pendente no final do ano.

Prisioneiros de consciência – objectores de consciência

A objecção de consciência ao serviço militar não era permitida, e não existia qualquer alternativa civil. As leis que permitiam o julgamento e condenação repetidos de objectores de consciência continuaram em vigor.

■ Em Dezembro, Enver Aydemir foi novamente detido em Istambul por recusar cumprir o serviço militar. Disse ao seu advogado que tinha sido repetidamente espancado na prisão militar de Maltepe. No final do ano continuava em prisão preventiva a aguardar julgamento pelos crimes de insubordinação permanente e deserção.

■ Em Novembro, três soldados foram condenados por espancar o objector de consciência Mehmet Bal em Junho de 2008, tendo sido sentenciados a três meses e 10 dias de prisão. Os quatro tinham estado presos na prisão militar de Hasdal. Nem o oficial superior, que alegadamente ordenou o ataque contra Mehmet Bal, nem qualquer outro responsável de prisão foram acusados de qualquer crime.

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

Pessoas continuaram a ser discriminadas na lei e na prática por causa da sua orientação sexual e identidade de género. Cinco mulheres transexuais foram assassinadas, e apenas num dos casos houve uma condenação.

■ Em Janeiro teve início o julgamento do pai de um homossexual, Ahmet Yildiz, que foi morto a tiro em 2008 num alegado crime de "honra". Ahmet Yildiz tinha-se queixado de ter sido ameaçado por familiares. O seu pai não foi detido, tendo o julgamento decorrido à revelia.

■ A ONG Lambda Istambul, que defende os direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais (LGBT), venceu em Janeiro o recurso apresentado no Supremo Tribunal de Recurso contra o seu encerramento. Contudo, o veredicto deixou em aberto a possibilidade de outras organizações LGBT serem encerradas por "encorajarem outras pessoas a tornarem-se lésbicas, homossexuais, bissexuais ou transexuais".

■ Em Outubro, procuradores tentaram encerrar a organização de solidariedade LGBT Triângulo Preto e Rosa, depois de o gabinete do governador da província de Esmirna ter afirmado que os seus estatutos violavam os "valores morais turcos e a estrutura familiar".

Refugiados e requerentes de asilo

Refugiados cujo estatuto era oficialmente reconhecido, requerentes de asilo registados e outras pessoas que necessitavam de protecção viram ser-lhes recusado arbitrariamente o acesso aos processos de asilo e foram por vezes detidos. Alguns foram repatriados para países onde estavam ameaçados de perseguição.

■ Em Setembro, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou, relativamente ao caso *Abdolkhani e Karimnia v Turquia*, que os refugiados se encontravam detidos ilegalmente há mais de um ano. Os queixosos foram finalmente libertados em Outubro, mas muitos outros detidos em circunstâncias semelhantes continuaram presos e a provisão declarada ilegal pelo tribunal continuou em vigor.

Violência contra mulheres e raparigas

O número de abrigos disponíveis para mulheres vítimas de violência doméstica continuava a ser lamentavelmente inadequado e muito abaixo do exigido por lei, que era de um abrigo por

cada 50 mil pessoas. Em Setembro foi assinado um protocolo governamental para facilitar a cooperação entre as instituições estatais na protecção às vítimas de violência doméstica.

■ Em Junho, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou, relativamente ao caso *Opuz v Turquia*, que as autoridades não tinham cumprido a sua obrigação de proteger a queixosa e a sua mãe da violência. O Tribunal considerou ainda que foram violados o direito à vida e as proibições de tortura e discriminação. O Tribunal considerou ainda que o fracasso do Estado – mesmo que intencional – na protecção das duas mulheres contra a violência doméstica violou o seu direito à igualdade de protecção perante a lei, e que a passividade judicial generalizada e discriminatória da Turquia criava um ambiente propício à violência doméstica.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Turquia em Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Julho, Agosto e Outubro, incluindo para observar julgamentos.

📖 Turquia: Abandonados – Negada protecção aos refugiados na Turquia (EUR 44/001/2009)

📖 Turquia: Governos alemão, suíço e austríaco retiram apoio financeiro ao projecto da barragem de Ilisu, na Turquia, devido ao risco de violações dos direitos humanos (EUR 44/004/2009)

📖 Turquia: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU – Oitava sessão do Grupo de Trabalho da RPU do Conselho dos Direitos Humanos, Maio de 2010 (EUR 44/005/2009)

📖 Turquia: Amnistia Internacional saúda melhoria nas condições de detenção de Abdullah Öcalan após 10 anos de isolamento (EUR 44/006/2009)

📖 Turquia: Tribunal Constitucional aprova encerramento do Partido da Sociedade Democrática, pró-curdo (EUR 44/007/2009)